

Poder gravado na pedra: túmulos de rainhas e nobres do Portugal medieval *

Power set in stone: tombs of queens and noblewomen from medieval Portugal

Joana Ramôa Melo

Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa
hystal@gmail.com

Recibido el 9 de julio de 2018

Acceptado el 15 de octubre de 2018

[1134-6396(2018)25:2; 323-356]

<http://dx.doi.org/10.30827/arenal.v25i2.7638>

RESUMO

A tumulária medieval oferece uma fonte privilegiada para o perscrutar do universo feminino e das suas dinâmicas, na relação com as categorias da memória, do poder e do género. O “retrato” que os sepulcros nos comunicam —através dos jacentes e das iconografias da arca, mas também da localização e disposição do túmulo— é de mulheres tão pias e devotas quanto comprometidas com as dinâmicas comunitárias (matrimoniais, linhagísticas) e patriarcais em que se inserem, sem por isso lhes ser negada a possibilidade de afirmação pessoal e muito menos se mostrarem isentas de poder. Neste artigo tomo como objecto de análise sete sepulcros medievais, produzidos para ou por iniciativa de mulheres de elite ligadas ao contexto medieval português e que nos permitem observar as reais possibilidades de que dispõem para a construção (e a vivência) de uma imagem de poder.

Palavras-chave: Idade Média. Portugal. Escultura tumular. Jacente. Comemoração. Memória. Género. Poder.

* Este trabalho inscreve-se dentro do projecto individual de Pós-Doutoramento “Um discurso (no) feminino: a imagem como instrumento de poder e o poder comunicativo das imagens na Idade Média em Portugal (sécs. XII-XIV)”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através da bolsa individual SFRH/BPD/108670/2015. Agradeço a Ana Rodríguez o estímulo para discutir a importância da tumulária para o estudo da relação das mulheres medievais com a memória e o poder, assim como a análise crítica do meu artigo. Agradeço a Therese Martin, Ana Maria Rodrigues e Jitske Japserse a leitura atenta e as críticas apuradas, que foram cruciais para o aperfeiçoamento do enfoque, das ideias e do discurso. Agradeço a todas as instituições que me permitiram o estudo detalhado das peças e dos documentos aqui analisados e, através do projecto Imago, a obtenção das fotografias que ilustram o meu estudo. Agradeço à Confraria da Rainha Santa Isabel a permissão para a publicação das imagens do túmulo de Isabel de Aragão e da infanta Isabel.

ABSTRACT

Medieval tombs are a privileged source for the exploration of women's reality and its dynamics in relation to the categories of memory, power and gender. Through the effigy and the iconographies of the chest but also through setting, sepulchers provide a nuanced "portrait" of medieval women. While showing them as pious and devout individuals, committed to the communitarian (matrimonial, family) and patriarchal circumstances of their lives, tombs often celebrate women in their own existence and mirror their power. In this article, I focus on seven tombs, all produced for or by the initiative of elite women linked to the Portuguese medieval context, which allow us to observe the real possibilities they were granted to craft (and embody) an image of power.

Key words: Middle Ages. Portugal. Tomb sculpture. Effigy. Commemoration. Memory. Gender: Power.

SUMÁRIO

1.—Introdução. 2.—O poder da inovação. 3.—O poder do lugar. 4.—O poder da imagem: memórias individuais e familiares; "retratos" poderosos e compromissos de género. 5.—Considerações finais. 6.—Fontes e Bibliografia.

1.—Introdução

No dia 21 de Abril de 1336, Vataça, dama da corte de Isabel de Aragão, consorte do rei Dinis de Portugal, mandava redigir o seu segundo testamento. Ali, seguindo uma então comum preocupação com os aspectos relativos ao sepultamento, mostrase muito clara ao referir a obrigação tida pelos seus testamenteiros de respeitarem um projecto comemorativo que emanava da sua própria mente: "*assi como eles sabem que he mha vontade...e meu moymento commo dicto he*"¹. Semelhante afirmação oferece-nos um testemunho inequívoco da capacidade decisória desta nobre dama. Confrontando-a com o sepulcro dela resultante (fig. 1), o poder experienciado por essa mulher e a sua vontade de o comunicar impõem-se-nos como uma realidade indesmentível.

Este é apenas um de vários exemplos de como a arte tumular constitui uma importante fonte visual para o estudo das mulheres medievais, da sua real "margem para agir"² e de como nela se entrelaçam os objectos artísticos, potenciais instrumentos de intervenção no seu tempo e de projecção no futuro. Desde logo, os sepulcros pertencentes a mulheres impõem-nos uma presença física do feminino – o real, não o imaginado ou retoricamente construído – na e através da arte. Formam, por isso, um *corpus* que abala a associação (ainda) demasiado

1. ANTT (= Arquivo Nacional Torre do Tombo) – Sé de Coimbra, 2.^a incorp., m. 5, n.º 269.

2. MARTIN, Therese: "The margin to act: a framework of investigation for women's (and men's) medieval art-making". *Journal of Medieval History*, special issue 'Me fecit: Making Medieval Art (History)', 42-1 (2016) 1-25.



Fig. 1. Túmulo de Vataça (f. c. 1337), Sé Velha de Coimbra, Foto de José Custódio Vieira da Silva (Projecto IMAGO).

generalizada da arte medieval a um universo masculino (na origem, na concepção e no propósito)³. Elaborados (ou pensados) em íntima relação com o perspectivizar do próprio desaparecimento ou a iminência do esquecimento perante a perda de alguém próximo, os túmulos são também o mais visível – e por vezes único – testemunho da relação que os indivíduos a eles ligados mantêm com a memória, como a entendem e como nela procuram ou conseguem intervir⁴. Esta manipulação, fonte indesmentível de poder, é impulsionada por aspirações que, grosso modo, se projectam em duas direcções: uma retrospectiva – transportando para o presente uma leitura dos acontecimentos passados que beneficia a construção ou o reforço de uma identidade individual e/ou colectiva (com reflexos de múltipla natureza) –;

3. Este é o pressuposto contra o qual se insurge Therese Martin, na introdução à colectânea que se impõe como um marco na sua desconstrução: MARTIN, Therese: (ed.): *Reassessing the Roles of Women as 'Makers' of Medieval Art and Architecture*. Leiden/Boston, Brill, 2012.

4. O estudo dos mecanismos da memória medieval numa óptica de género, e em particular do ponto de vista das mulheres, foi encetada no início dos anos 90 e sistematizada pela obra de Elisabeth van Houts: HOUTS, Elisabeth van (ed.): *Memory and Gender in Medieval Europe, 900-1200*. Toronto, University of Toronto Press, 1999; HOUTS, Elisabeth van: *Medieval Memories: Men, Women and the Past, 700-1300*. Harlow, Longman, 2001.

outra prospectiva – convertendo esse ideal construído numa obrigação moral para os viventes de orarem em prol da salvação daquela alma, logo da eternização daquela memória⁵. Assim se retira, regra geral, a tumulária medieval de uma esfera puramente escatológica ou espiritual, carregando-a de mensagens que podem ser de ordem política, linhagística, social, familiar e cultural, destinadas aos descendentes, aos pares, às comunidades religiosas e de leigos que zelam pelos corpos e pelas almas em questão – a todos em simultâneo, somente a alguns ou variando os receptores em função das dinâmicas de acesso aos sepulcros e dos ritos que lhes estão associados. Ferramentas, no seu tempo, de construção identitária e memorialística, os moimentos⁶ contêm em si um potencial para servirem de exibidores e instrumentos para o exercício de poder (entendido em sentido amplo). Esta afirmação é, como veremos, tão válida para os homens como para as mulheres. Afinal, todas as memórias individuais e familiares que resistiram até aos nossos dias, por via de testemunhos materiais gerados *por, para e através* de figuras femininas, demonstram uma possibilidade de controlo efectivo da memória e falam a favor de uma ausência de restrições permanentemente constrangedoras.

Neste artigo, proponho, assim, demonstrar como os túmulos podem ser, de diferentes formas, prova do(s) poder(es) que diversas mulheres detêm e exercem, ao mesmo tempo que ajudam a desconstruir uma noção fechada de género e da legitimidade para o exercício de autoridade dentro do universo feminino na sociedade tardo-medieval portuguesa. Para tal, irei realizar uma análise selectiva, que toma como ponto de partida um conjunto de túmulos situados entre os séculos XIII e XV, e pertencentes a rainhas, infantas e fidalgas⁷: Beatriz Afonso, Isabel de

5. Parece-me, assim, perfeitamente legítimo alargar o domínio de aplicação destes dois conceitos que Panofsky utiliza para uma análise eminentemente iconográfica da tumulária (Panofsky, 1964), como já propôs Robert Marcoux, considerando-os como os dois pólos entre os quais oscila toda a comemoração dos mortos no final da Idade Média. Para consulta deste artigo e outros igualmente relevantes, veja-se: BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *Revisiting the Monument: Fifty Years since Panofsky's Tomb Sculpture*. London, Courtauld Books On-Line, 2016.

6. *Moimento* é a palavra genericamente usada na documentação medieval portuguesa para nomear a arca tumular.

7. A abordagem da tumulária medieval feminina portuguesa, no seu conjunto e procurando entendê-la em perspectivas diversas que cruzam os problemas da memória, do género, da espiritualidade, das formas de poder, entre outros, foi por mim iniciada através do Doutoramento: RAMÔA MELO, Joana: *O Género Feminino em Discussão. Re-presentações da mulher na arte tumular medieval portuguesa: projectos, processos e materializações*. Tese de Doutoramento. Lisboa, FSCH-UNL, 2012. Antes disso, somente dois pequenos ensaios haviam sido feitos, olhando esse corpus como um todo e numa óptica essencialmente caracterizadora: POMAR, Rosa: “Memória Tumular de Rainhas, Infantas e Fidalgas em Portugal (1250-1350)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, XV-2 (1998) 1509-1530; FERNANDES, Carla: “Fama y memoria. Los enterramientos portugueses de reinas y mujeres de la nobleza en el siglo XIV”. Em BORNGÄSSER, Barbara, KARGE, Herik e KLEIN, Bruno (eds.): *Grabkunst und Sepulkralkultur in Spanien und Portugal / Arte funerario y cultura sepulchral en España y Portugal*. Madrid, Iberoamericana, 2006, pp. 207-224.

Aragão, Mécia Lopes de Haro, Maria de Vilalobos, Isabel de Portugal, Vataça e Filipa de Lencastre. Aos testemunhos materiais, juntarei os factos históricos, a reconstituição dos contextos e alguma documentação (testamentos, doações e um recibo de pagamento), num entrecruzar de dados que me ajudará a melhor fundamentar as leituras que deles extrairei. A diversidade de percursos, situações e soluções permitirá perceber que a manifestação do poder em mãos femininas através da tumulária não é do domínio da excepção e que as possibilidades de acção entre as mulheres são efectivamente ricas e complexas – e não delimitadas por categorias estanques de comportamentos de género.

Esta leitura não será proporcionada somente pela mais óbvia constatação de que algumas mulheres são, do ponto de vista social e financeiro, suficientemente poderosas para encomendarem extraordinários sepulcros para si mesmas. Na verdade, dificilmente dispomos de um documento através do qual uma mulher reivindique inequivocamente a responsabilidade sobre a feitura do seu ou de outro sepulcro já elaborado – embora tenhamos registos testamentários do desejo de mandar fazer e mesmo, no citado caso de Vataça, a referência concreta de que algumas indicações previamente dadas deviam ser seguidas. Qual a extensão e a especificidade de tais ordens não podemos, à partida, saber. Ainda assim, veremos como a articulação dos dados – visuais e materiais, documentais e históricos – nos permite aproximar das razões que levaram à elaboração dos sepulcros de que dispomos e dos significados neles contidos. Trata-se de pressionar o objecto a partir dele mesmo, de deixá-lo “falar”, pesquisando como a sua localização, disposição, forma, manipulação ou uso engendram determinadas leituras acerca dos que a ele estão ligados e impactam sobre uma audiência, ela própria potencial criadora de outros objectos e, sobretudo, receptora, geradora e transmissora de ideias⁸.

8. O reconhecimento das múltiplas funcionalidades dos sepulcros, verdadeiras imagens-objecto (BASCHET, Jérôme: *L'iconographie médiévale*. Paris, Gallimard, 2008) capazes de condicionar e de produzir realidade através da sua materialidade e uso, tem vindo a ser facilitado pela nova direcção que, nos últimos anos, emergiu no seio dos estudos dedicados à tumulária medieval. Veja-se, entre outros: DRESSLER, Rachel: “Sculptural Representation and Spatial Appropriation in a Medieval Chantry Chapel”. Em GERTSMAN, Elina e STEVENSON, Jill Stevenson (eds.): *Thresholds of Medieval Visual Culture: Liminal Spaces*. Woodbridge, Boydell and Brewer, 2012, pp. 217-236; DRESSLER, Rachel: “Identity, Status, and Material: Medieval Alabaster Effigies in England”. *Peregrinations: Journal of Medieval Art and Architecture*, V-2 (2015) 65-96; ROSSI VAIRO, Giulia: *D. Dinis del Portogallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte*. Tese de Doutoramento. Lisboa, FSCH-UNL, 2014; SEEBERG, Stefanie: “Monument in Linen: A Thirteenth-Century Embroidered Catafalque Cover for the Members of the Beata Stirps of Saint Elizabeth of Hungary”. Em DIMITROVA, K. e GOEHRING, M.: *Dressing the Part: Textiles as Propaganda in the Middle Ages*. Turnhout, Brepols, 2014, pp. 81-94; BADHAM, Sally e OOSTERWIJK, Sophie: ““Monumentum aere perennius”? Precious-metal effigial tomb monuments in Europe 1080-1430”. *Church Monuments*, 30 (2015) 7-105; “Stone and Bone: The Corpse, the Effigy and the Viewer in Late-Medieval Tomb Sculpture”. Em BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *op. cit.*, pp. 113-136; FREQUIN, Sanne: “Veiling and unveiling – the materiality of the tomb of John I of Avesnes and Philippa of Luxembourg in

Neste processo de redescoberta, deparar-nos-emos com uma forte presença das mulheres, impondo-se como elementos determinantes nas escolhas feitas para os moimentos, seja através do que me parecem ser as suas próprias decisões, seja dos seus estatutos, seja ainda do poder que exercem sobre outros. Podemos mesmo dizer que nalgumas situações e para determinadas leituras – como veremos – é tão relevante que uma mulher seja a encomendadora do seu sepulcro quanto “apenas” aquela que o inspira e que motiva a sua realização, empreendida por outrem. Em qualquer dos casos, o valor do túmulo como testemunho do seu poder, da sua influência, da sua importância na sociedade em que viveu e do impacto que lhe é permitido ter sobre os que deixa e os vindouros, mantém-se. De igual modo se preserva a posição privilegiada destas peças para servirem de fonte ao estudo das ideias de género vigentes no contexto em que foram produzidas e do modo como mulheres e homens lhes dão uma feição concreta e frequentemente avessa a oposições bipolares⁹.

No conjunto de peças e personagens que proponho analisar, a *inovação*, a *localização* e a *representação/imagem* impõem-se como principais áreas estratégicas nas quais podemos ver espelhada a demonstração ou ao reforço de poder através dos sepulcros. A interpenetração das três – evidenciada pelas várias ligações que as três secções subsequentes estabelecem entre si – mostra a sua interdependência e a riqueza e complexidade de propósitos, planos e elementos inerente aos processos comemorativos. Uma indagação acerca das aspirações que subjazem às escolhas feitas nessas três áreas encaminhar-nos-á, a pouco e pouco, para a ideia principal deste artigo: que os mecanismos da comemoração fúnebre – desde logo, os túmulos – possibilitavam não apenas que as almas daquelas mulheres fossem celebradas litúrgicamente, mas também que a sua existência terrena, materializada num corpo e recheada de dinâmicas várias, pudesse ser instrumentalizada para impactar sobre a forma como elas e as suas famílias seriam recordadas; logo, possibilitando-lhes o exercício de um poder que se prolonga para lá da sepultura. Um poder que, por vezes, é apenas visível olhando para o sepulcro. Um poder que existe a partir do momento em que é tornado matéria, gravado na perenidade da pedra.

the Franciscan church of Valenciennes”. Em BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *op. cit.*, pp. 184-200; MARCOUX, Robert: “Memory, Presence and the Medieval Tomb”. Em BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *op. cit.*, pp. 49-67.

9. LOPRETE, Kimberly A.: “Gendering viragos: medieval perceptions of powerful women”. Em MEEK, C. e LAWLESS, C.: *Studies on Medieval and Early Modern Women, 4: Victims or Viragos?* Dublin, Four Courts, 2005, pp. 17-38.

2.—*O poder da inovação*

A codificação constitui uma marca reconhecida de todas as práticas fúnebres. A repetição de fórmulas conhecidas e oficializadas reforçava a crença na sua eficácia. A tumulária, foco material de toda *performance* da comemoração, não é alheia a essa referenciação em soluções experimentadas, de significado estável e mais ou menos imediato para os seus contemporâneos. Contudo, a natureza eminentemente individual da função memorativa que os túmulos desempenham investe estes objectos de uma frequente vocação para a diversidade das combinações. Efectivamente, mesmo num âmbito ritualizado como o da tumulação, não devemos menosprezar o impacto da inovação, conscientemente buscada, nalguns casos, com vista à construção de discursos particulares e memoráveis¹⁰.

Os dois túmulos de rainhas consortes da primeira dinastia (1143-1383) conservados em Portugal – o primeiro de atribuição incerta e que eu defendi ser o de Beatriz Afonso (1244-1300), esposa de Afonso III (Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça)¹¹; o segundo de Isabel de Aragão (1270-1336), esposa de Dinis

10. Como exemplo da aplicação do conceito de invenção/inovação ao universo comemorativo, veja-se: BARKER, Jessica: “Invention and Commemoration in Fourteenth-Century England: A Monumental “Family Tree” at the Collegiate Church of St. Martin, Lowthorpe”. *Gesta*, 56-1 (2017) 105-128.

11. As dúvidas em torno da pertença deste sepulcro mantêm-se. Assim, se, por um lado, creio ter demonstrado que a associação deste sepulcro à rainha Urraca, esposa de Afonso II – como alguns autores continuam a defender (veja-se, entre outros: FERNANDES, Carla: “El primer yacente portugués. En torno al sepulcro de la reina Urraca y las posibles relaciones entre los centros artísticos franceses y peninsulares”. Em POZA YAGUE, Marta e OLIVARES MARTÍNEZ, Diana: *Alfonso VIII y Leonor de Inglaterra: confluencias artísticas en el entorno de 1200*. Madrid, Ediciones Complutense, 2017, pp. 397-421) – parece bastante inverosímil, haverá que continuar a explorar este caso, aprofundando algumas interrogações que permanecem em aberto: RAMÓA MELO, Joana: “Ser rainha e ser presente, ser mulher e ser potente: o suposto primeiro jacente régio português e as dúvidas geradas em torno da pertença a D. Urraca (1187-1220) ou D. Beatriz Afonso (1244-1300)”. Em GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel e CERNADAS MARTÍNEZ, Silvia (ed.): *Reginae Iberiae. El poder regio femenino en los Reinos Medievales Peninsulares*. Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2015, pp. 61-88. Há ainda que considerar o facto de Beatriz ser comprovadamente a encomendante de um sepulcro com jacente para a mãe, Mayor Guillén de Guzmán, sepultada em Santa María de Alcocer: RAMÓA MELO, Joana: *op. cit.* *O Género Feminino*, pp. 215-217; ARBESÚ, David: “Alfonso X el Sabio, Beatriz de Portugal y el sepulcro de doña Mayor Guillén de Guzmán”. *eHumanista*, 24 (2013) 300-320. O túmulo desapareceu, mas dele restam algumas fotografias anteriores à Guerra Civil espanhola, que atestam o interesse e o valor artístico da peça, assim como a sua originalidade no seu contexto de origem: HERRERA CASADO, Antonio: *Monasterios medievales de Guadalajara*. Guadalajara, Aache Ediciones, 1997, pp. 140-142; GUTIÉRREZ BAÑOS, Fernando: “Una nota sobre escultura castellana del siglo XIII: Juan González, el pintor de las imágenes de Burgos, y el sepulcro de doña Mayor Guillén de Guzmán en el convento de Santa Clara de Alcocer (Guadalajara)”. *Archivo Español de Arte*, 88/349 (2015) 37-52.

(Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova, Coimbra) – testemunham de forma eloquente o poder inerente à posse de sepulcros inovadores¹².

O primeiro dos dois, conservado na igreja do mosteiro cisterciense de Alcobaça¹³, oferece-nos, não apenas a primeira arca monumental decorada produzida para um monarca (mulher ou homem) em contexto português, como, sobre esta, a primeira figura jacente de carácter régio que se conserva para a monarquia lusa (fig. 2). Corresponde esta a uma novidade de longo alcance estético e mental, introduzida no panorama da tumulária régia portuguesa *através*



Fig. 2. Túmulo de Beatriz Afonso, 1244-1300 (ou de Urraca, 1187-1220), Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Foto de José Custódio Vieira da Silva (Projecto IMAGO).

12. Devo esclarecer que existe ainda um outro túmulo decorado e com uma figura de rainha sobre a tampa, que se guarda na igreja do Mosteiro de Alcobaça e pertence a Inês de Castro, com quem o infante Pedro (futuro Pedro I) manteve uma relação amorosa e que foi por ele encomendado, depois de ter subido ao trono, em 1357, após o assassinato de Inês. Não tendo sido rainha – apesar do seu jacente régio – não incluí o túmulo neste elenco.

13. Originalmente disposto numa galilé adossada à fachada ocidental da igreja, desaparecida, o túmulo conserva-se hoje numa capela neogótica do século XVIII, aberta para o braço sul do transepto, construída propositadamente para albergar os sepulcros provenientes daquela estrutura.

de uma figura feminina¹⁴. Para além de inovador, o sepulcro em causa revela-se verdadeiramente surpreendente ao traduzir uma estratégia de uso da tumulária como instrumento de “propaganda” de uma ideia de soberania, de distinção e individualidade que até ao rei Dinis (1279-1325) não seria posta em prática para aqueles que verdadeiramente governam em território português, os monarcas do sexo masculino. Com efeito, de Afonso Henriques (1143-1185) a Afonso III (1248-1279), os reis não se ocupam do planeamento dos receptáculos concretos dos seus corpos. Por contraponto, manifestam o cuidado em deixar registo acurado das suas últimas vontades (através de testamentos) e, isso sim, do lugar onde desejam ser sepultados. Mais: é preciso ter em conta que na mesma galilé do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça para a qual estava destinada a monumental arca feminina, viriam a estar ou estariam já sepultados os reis Afonso II e Afonso III, para os quais nenhum túmulo decorado ou jacente foram compostos. Perante o que acabo de dizer, parece-me evidenciado o potencial de afirmação individual inerente à posse de um sepulcro de grandes dimensões, todo esculpido e com uma figura sobre a tampa, bem como o significativo destaque desta forma proporcionado a uma mulher, no espaço de sepultamentos reais de Alcobaça. Quer se trate de Urraca ou de Beatriz (como defendi), estamos diante de um protagonismo revelador porque concedido pelos dois citados monarcas (no primeiro caso) ou permitido pela comunidade religiosa cisterciense e criado pela própria comemorada como dele merecedora (no segundo). É, assim, motivado por uma mulher – pela sua existência ou própria vontade – que este instrumento de memorialização começa a delinear-se como um recurso de demarcação do indivíduo entre os demais, logo, de afirmação e de eternização do seu poder¹⁵.

14. Se a atribuição desta peça não é unânime, o mesmo, naturalmente, se aplica à identificação do seu encomendador. Na verdade, não dispomos de qualquer prova inequívoca de que na origem desta novidade esteja uma encomenda feminina, embora, caso o túmulo pertença a Beatriz Afonso esta seja a mais provável situação. Creio, contudo, que, na óptica da presença feminina como elemento determinante na arte medieval, a peça continua a ser um objecto relevante, já que é motivado pela existência de uma mulher e respectivo desaparecimento que o túmulo, em toda a sua novidade, é concebido. A este propósito, veja-se o que disse atrás acerca da nova metodologia de análise que se propõe desconstruir o mito de uma arte (sempre) masculina através do reconhecimento dos múltiplos papéis em que a mulher pode ser descoberta e influenciar a cultura material e artística do seu tempo: MARTIN, Therese: *op. cit. Reassessing*.

15. É também por acção de uma figura feminina que se produz a mais precoce figura jacente para um leigo (não reinante) em Portugal. Trata-se de Constança Sanches (1204-1269), filha bastarda de Sancho I e monja em S. João das Donas (Coimbra), que encomenda o sepulcro para o irmão, Rodrigo Sanches (†1245). Sobre este túmulo, veja-se: SILVA, José Custódio Vieira da: “Memória e Imagem, Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV)”. *Revista de História da Arte*, 1 (2005) 60; BARROCA, Mário: “As quatro faces de Rodrigo Sanches”. *Portvgalia*, Nova Série, 34 (2013) 151-189; FERNANDES, Carla: “The Tomb of D. Rodrigo Sanches: the rediscovery of an iconographic program”. *Medievalista online*, 16 (2014) 1-38. Sobre a acção comemorativa de

O outro túmulo de rainha anteriormente citado – o de Isabel de Aragão – fornece mais um exemplo, e este ainda mais completo, da manipulação dos mecanismos de comemoração com vista à construção de uma memória individual e única, e de como a riqueza e a originalidade dos seus resultados redundam na transmissão de uma imagem de poder (fig. 3)¹⁶.

O projecto comemorativo de Isabel, concebido e acompanhado na sua execução por si mesma no Mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel de Coimbra¹⁷, dá conta de uma capacidade de dominar a construção do seu “retrato” e de impactar sobre os destinos da memória colectiva que suplanta quaisquer condicionamentos contingentes conhecidos em vida pela rainha, e os seus efeitos prospectivos. De facto, o modo como a soberana se manifesta capaz de delinear um projecto de comemoração próprio, em muitos aspectos inovador e mais eficaz até nos seus propósitos do que o do rei, mostra bem as potencialidades dessa acção¹⁸. Mais ainda se tivermos em conta o contexto em que nasce a vontade de sepultamento “isolado” da rainha, manifestada depois da morte do rei e subsequente a planos conjuntos de tumulação, elaborados por Dinis e Isabel, dos quais havia mesmo resultado uma primeira arca para a soberana¹⁹. Este moimento, provavelmente nunca terminado,

Constança, veja-se: SHADIS, Miriam: “The Personal and the Political in the Testaments of the Portuguese Royal Family (Twelfth and Thirteenth Centuries)”. *Historical Reflections*, 43/1 (2017) 88-90.

16. Para uma biografia recente de Isabel de Aragão, veja-se: ANDRADE, Maria Filomena: *Rainha Santa, mãe exemplar*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

17. Sabemos que o sepulcro de Isabel, destinado a Santa Clara, estaria terminado ainda em tempo de vida da rainha. Para além disso, a *Vida da Rainha Santa*, escrita pouco depois da sua morte, traça o retrato de uma mulher pessoalmente empenhada no acompanhamento das obras do mosteiro onde o moimento seria guardado: *A Vida da Rainha Santa Isabel*. Edição de José Vianna. Coimbra, Coimbra Editora, 1954. Independentemente das ressalvas a que esse discurso, pela sua natureza, nos obriga, a análise do túmulo e das circunstâncias históricas de todo o processo comemorativo remetem igualmente para uma intervenção muito provável da soberana na determinação dos detalhes dos mesmos.

18. Não se pode desligar a eficácia do projecto comemorativo de Isabel da fortuna hagiográfica desta figura, estabelecendo-se uma relação de potenciação mútua entre os dois fenómenos. Efectivamente, a rainha Isabel de Aragão, conhecida no mundo católico como Santa Isabel de Portugal, gozou de uma fama de santidade desde o momento da sua morte (atraindo peregrinos ao seu túmulo desde então). Viria a ser canonizada no dia 25 de Maio de 1625. Veja-se: VASCONCELOS, António: *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão esposa do rei Lavrador Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893-94; SERRANO MARTÍN, Eliseo: “La canonización de Santa Isabel y el Reino de Aragón”. Em *Imagen de la Reina Santa: Santa Isabel, Infanta de Aragón y Reina de Portugal*. Zaragoza, Diputación Provincial, 1999, I, pp. 154-171; ROSSI VAIRO, Giulia: “Le origini del processo di canonizzazione di Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, in um atto notarile del 27 luglio 1336”. *Collectanea Franciscana*, 74/1-2, 2 (2004) 147-193; ANDRADE, Maria Filomena: *op. cit.*, pp. 15-29 e 215-221.

19. Este primeiro sepulcro destinado a Isabel foi identificado como tal por Giulia Rossi Vairo: ROSSI VAIRO, Giulia: “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis di Odiveias”. Em CARREIRAS, José Luís Albuquerque e GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel



Fig. 3. Túmulo de Isabel de Aragão (1270-1336), Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra, Foto de José Custódio Vieira da Silva, © Confraria da Rainha Santa Isabel.

destinava-se à igreja do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, onde, depois de uma primeira opção do casal por Alcobaça (1299; 1314), na linha dos seus antecessores, terão desejado concretizar, entre 1318 e 1322, um projecto de comemoração régia com abrangência familiar e foco na dupla conjugal²⁰. Aqui, Dinis e Isabel pensariam configurar um verdadeiro panteão real, o primeiro da História da monarquia portuguesa. Por volta de 1322, o desvanecer desse projecto

(coord.): *Actas. IV Congreso Internacional sobre el Cister en Portugal y Galicia*, Ourense, Ediciones Monte Casino, 2009, Tomo II, pp. 845-856. Trata-se de uma arca que se conserva no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa), que apresenta um programa iconográfico em tudo idêntico ao túmulo que se conserva para o rei: pares de monges e monjas sob arcadas nos faciais maiores e duas cenas representando os dois momentos principais da celebração litúrgica (a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística – ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 338-339), num dos faciais menores (provavelmente a cabeceira), testemunhando a concepção unitária dos dois moimentos e, portanto, a primazia de uma lógica conjugal sobre a afirmação individual.

20. A “descoberta” do projecto de Dinis e Isabel de criação de um panteão régio em Odivelas, bem como os dados cronológicos que lhe associamos, são o resultado da investigação de Giulia Rossi Vairo: ROSSI VAIRO, Giulia: “O mosteiro de S. Dinis, panteão régio (1318-1322)”. Em SANTOS, Carlota (coord.): *Encontro do CITCEM. Família, Espaço e Património. Actas*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2012, pp. 1-14; ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*.

representava, simultaneamente, um lamentável insucesso no que respeita à propagandística régia medieval portuguesa, na sua faceta governativa masculina, e o momento-chave para que Isabel ganhasse espaço para a conceptualização de um outro programa, este de exaltação autónoma e “independente” da sua *queenship*. Esta possibilidade era-lhe oferecida por Santa Clara e Santa Isabel de Coimbra, mosteiro de clarissas refundado pela rainha²¹, junto ao qual construíra um paço onde viveu os anos de viuvez (1325-1336) e na igreja do qual optaria finalmente por ficar sepultada²².

Para este mosteiro, elaborou Isabel um interessante e completo programa funerário, no qual se incluía um monumento, por si encomendado em vida e realizado entre 1325-27²³, certamente programado com uma sua larga intervenção, tal é a forma como consegue resumir o percurso espiritual dos últimos anos de vida da rainha e, simultaneamente, excitar no observador a percepção de uma existência excepcional. Fá-lo, mais vez, através de um inegável sentido de novidade. Como elementos absolutamente originais do sarcófago de Isabel no contexto português, destacam-se, entre outros: a representação da soberana com hábito da ordem (no caso, de clarissa), a aplicação do baldaquino a enquadrar superiormente o jacente, a incorporação de dois pequenos cães (a par de um terceiro) disputando a pata de um animal, e o recurso bastante generalizado, em todo o sepulcro, aos elementos heráldicos. Por outro lado, a modelação das figuras e das micro-arquitecturas da arca denunciam uma estética aragonesa, introduzida na prática escultórica portuguesa através deste túmulo²⁴.

21. Sobre a história e o processo arquitectónico deste mosteiro de clarissas, veja-se: MACEDO, Francisco Pato de: *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006; TEIXEIRA, Francisco: *A arquitectura monástica e conventual feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*, Tese de Doutoramento. Faro, FCHS.UA, 2007, pp. 272-291; ANDRADE, Maria Filomena: *In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 369-386.

22. Esta opção de Isabel pode ser detectada num *propositum* redigido a 2 de Janeiro de 1325 (de que falarei à frente) e repete-se no segundo testamento que dela se conserva, datado de 22 de Dezembro de 1327: SOUSA, António Caetano de: *op. cit.*, t. I, pp. 148-153.

23. ROSSI VAIRO, Giulia: “O túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal: propostas para uma cronologia antecipada”, em RAMÔA MELO, Joana e AFONSO, Luís Urbano (ed.): *O Fascínio do Gótico. Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*, Lisboa, Artis, 2016, pp. 17-32.

24. Como responsável pelo túmulo, é frequentemente citado nome de mestre Pêro, provavelmente trazido para Portugal pela própria rainha e que deixaria escola na cidade de Coimbra. Compare-se, por exemplo, o jacente de Isabel de Aragão com o de Branca de Anjou (Santes Creus), sua cunhada, curiosamente também ele obra de um mestre Pêro (*Pere Bonull*): ESPAÑOL BERTRÁN, Francesca: “Sicut ut decet. Sepulcro y espácio funerário em la Cataluña bajomedieval”. Em AURELL, Jaume e PAVÓN, Julia (ed.): *Ante la muerte. Actitudes, espácios y formas em la España medieval*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2002, pp. 95-102. Sobre o mestre do se-

Efectivamente, uma vez abandonado em definitivo o projecto de Odivelas e o sepulcro a ele inerente, o novo moimento que Isabel encomenda para si partiria de um princípio completamente diferenciado relativamente ao anterior, traduzindo o pensamento próprio da soberana e uma vontade particular de afirmação, fruto também de novas circunstâncias e de novos valores (ou de valores afirmados de forma nova). Esse intento apropriar-se-ia de todos os elementos integrantes do sepulcro, dos seis suportes em forma de leão ao jacente, passando pelas quatro longas faces da arca que se prestam a um desfile admirável de imagens de santidade, testemunhos da mensagem evangélica²⁵, que lembram a promessa da salvação (fig. 4), ao mesmo tempo que tornam evidentes as privilegiadas ligações espirituais e familiares da rainha²⁶.

Olhando o jacente que lhe encima a arca, o bordão de peregrina, colocado sob o braço direito, e a bolsa de esmolas pendente da cintura e marcada com a vieira de Santiago, do lado oposto, surpreendem, de imediato, pela sua originalidade, sublinhando o carácter fortemente personalizado e até autobiográfico do programa²⁷. Junta-se a estes atributos o livro, fechado, que segura discreta mas simbolicamente com a mão direita. O respeito para com a espiritualidade da comunidade que a acolhe depois da morte (e com a qual partilhara os últimos anos da sua vida) manifesta-se na adopção do hábito de clarissa, que alia à coroa, numa imagem de astuta conciliação entre um compromisso espiritual e um princípio de soberania²⁸.

sepulcro português, veja-se: ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 305-306 e 373-374); FERNANDES, Carla: “Maestro Pero y su conexión con el arte de la Corona de Aragón (La renovación de la escultura portuguesa en el siglo XIV)”. *Boletín del Museo e Instituto “Camón Aznar”*, LXXXI/243-272 (2000) 243-271; MACEDO, Francisco Pato de e GIL, Francisco: “A oficina escultórica de Mestre Pêro: uma abordagem interdisciplinar”. *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, 29 (2010) 32-37.

25. ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 375-376.

26. Entre as figuras bíblicas, sacras e religiosas representadas – Cristo (sob diversas formas), a Virgem (representada duas vezes), os Apóstolos, o Tetramorfo, Santa Clara (também duplicada), Santa Catarina, S. Francisco e uma comunidade de clarissas – encontram-se Santa Isabel de Hungria, tia-avó de Isabel de Aragão (irmã de Violante de Hungria, mãe de Pedro III de Aragão, pai de Isabel), e S. Luís de Toulouse, cuja presença se justifica pela pertença do bispo, simultaneamente, à irmandade franciscana e também à linhagem de Isabel, já que eram primos em 3.º grau.

27. Em alusão à peregrinação de Isabel a Santiago de Compostela: ANDRADE, Maria Filomena: *op. cit. Rainha Santa*, pp. 228-229.

28. Uns dias antes da morte do rei Dinis (ocorrida a 7 de Janeiro de 1325), a 2 de Janeiro, Isabel manda redigir um documento, em latim, através do qual expõe a sua intenção relativamente ao modo de vida que irá adoptar depois de viúva. No dia 8 repetia o acto, desta vez em português: SOUSA, António Caetano de: *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, Atlântida Editora, 1947, t. I, p. 113. Pela própria “voz” de Isabel se percebe a sua intenção de fazer uso do hábito de clarissa, mas apenas como sinal de viuvez e humildade, já que não tinha intenção de professar em nenhuma ordem. De igual modo, é muito clara na sua vontade de conservar o estado laical. Esta opção de vida “recolhida” de Isabel encontra paralelo noutras mulheres suas contemporâneas e todas ligadas ao contexto aragonês: Constança de Aragão e Sicília, sua mãe (1249-1302),



Fig. 4. Reverso do Baldaquino. Túmulo de Isabel de Aragão (1270-1336), Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra, Foto de José Custódio Vieira da Silva, Confraria da Rainha Santa Isabel.

Este, embora fundamentado num estatuto de raiz temporal, oferecia ainda, mediante um paralelismo visual com a própria figura da Virgem, representada na arca (fig. 5), um veículo de consagração da rainha, também num plano sobrenatural²⁹.

Elisenda de Montcada, sua cunhada (1292-1364, esposa de Jaime II de Aragão) e Leonor de Anjou, sua cunhada (1289-1341, esposa de Frederico III de Aragão): ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 87-88.

29. A mesma combinação de hábito e coroa está patente nos jacentes de Branca de Anjou (1280-1310, Santes Creus) e de Maria de Chipre/Lusignan (1273-1322, Sant Francesc – Museu Nacional D’art de Catalunya), primeiras duas esposas de Jaime II, irmão de Isabel. Elisenda de Montcada, a terceira, opta por outro tipo de solução, de resto muito original e pensada em função das dinâmicas de acesso visual ao sepulcro, desdobrando a representação da rainha em dois “retratos”: um com coroa e traje civil representando o lado público do seu estatuto (acessível aos fiéis), outro com traje de viúva ou terciária com cordão franciscano na cintura aludindo à sua condição particular de companheira das clarissas (do lado das monjas). Veja-se, entre outros: MCKIERNAN GONZÁLEZ, Eileen: “Reception, Gender, and Memory: Elisenda de Montcada and her Dual-Effigy Tomb at Santa María de Pedralbes”. Em MARTIN, Therese (ed.): *Reassessing the Roles of Women as ‘Makers’ of Medieval Art and Architecture*. Leiden/Boston, Brill, 2012, pp. 309-352. Também sobre o uso do vestuário como metáfora da dupla persona da rainha (a esposa aristocrata e a mulher piedosa), focando-se no exemplo de Isabel de Baviera (1393-1422), veja-se: GIBBONS, Rachel C.: “The Queen as ‘Social Mannequin’. Consumerism and expenditure at the Court of Isabeau of Bavaria, 1393-1422”. *Journal of Medieval History*, 26-4 (2000) 371-395.



Fig. 5. Cabeceira. Túmulo de Isabel de Aragão (1270-1336), Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra, Foto de José Custódio Vieira da Silva, Confraria da Rainha Santa Isabel.

Parece-me, aliás, significativa a coerência entre as atitudes de Isabel e a mensagem do seu sepulcro. Ao converter, ao longo da vida, vários dos seus tesouros, vestimentas e jóias em paramentos e objectos litúrgicos e devocionais – num exemplar comportamento de “espiritualização da matéria” –, a rainha conserva somente as coroas. Fá-lo para as passar às suas descendentes³⁰, mas certamente também como sinal maior de um poder de que nunca abdicou enquanto foi viva e forma de preservação da sua presença³¹, como o seu jacente bem testemunha: envergando o hábito de clarissa mas sem nunca abdicar da dignidade (e autoridade) régia.

30. RODRIGUES, Ana Maria S. A.: “Género, consumo sumptuário e mecenato nas monarquias de Aragão e Portugal no século XIV”. Comunicação. XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Lisboa, UTL, 2010, p. 14.

31. Esta conversão dos seus objectos pessoais permitia-lhe, além do mais, garantir para si própria uma dupla presença, quer entre os seus descendentes e sucessores (através das coroas), quer entre os clérigos e as comunidades religiosas, acedendo, nomeadamente, de forma figurada ao altar e à *performance* litúrgica. Sobre o modo como os objectos preciosos podem fazer da missa palco de encenação e consagração dos laços familiares, suporte de poder e autoridade, veja-se: JASPERSE, Jitske: “Matilda, Leonor and Joanna: the Plantagenet sisters and the display of dynastic connections through material culture”. *Journal of Medieval History*, 43/5 (2017) 523-547.

Essa mesma conciliação entre dois planos e estatutos – a rainha-mãe e a humilde viúva – que define o cenário em que decorre o final da vida de Isabel em Santa Clara, encontraria uma tradução material monumental na associação interessante (infelizmente hoje perdida) entre estruturas com diferentes – mas complementares – finalidades: o mosteiro, um paço e um hospital; uma tríade arquitectónica, mandada construir pela rainha e representativa da sua identidade social, religiosa e caritativa. Assim se consagrava arquitectonicamente a imagem do poderio – e da prodigalidade – de Isabel, verdadeira “sede” da sua soberania, uma autêntica declaração de riqueza, simultaneamente material e espiritual, apenas na aparência incompatível com a vontade de despojamento anunciada, em outros actos, pela mesma rainha.

3 – O poder do lugar

A opção de Isabel de Aragão por um sepultamento individualizado em relação ao marido constitui então uma novidade no panorama régio português. Para além de reflexo de uma maturação espiritual da rainha³² e da relação difícil com o rei³³, podemos também ver aqui o sinal de uma tomada de posição bastante clara. Com efeito, os lugares de sepultamento das rainhas consortes portuguesas, durante a primeira dinastia, são, com três explicáveis excepções, os mesmos dos maridos, cabendo-lhes a eles, nesses casos, a raiz e a razão das localizações escolhidas.

Para além do exemplo da esposa do rei Dinis, nos outros dois – Mécia Lopes de Haro (†1270/1271), esposa de Sancho II, e Leonor Teles de Meneses (†1386), esposa de Fernando I – a morte fora do reino de Portugal, depois de complicados sucessos políticos, resultou em circunstâncias próprias do ponto de vista comemorativo³⁴.

O sepultamento de Mécia é particularmente elucidativo da construção de uma memória particular para o futuro. Com o rei Sancho II deposto pelo Papa (1245) e substituído pelo irmão (Afonso III), retirado do reino e falecido em 1248, também perdia nele lugar a consorte. Esta realidade reflectir-se-ia no sepultamento de Mécia

32. ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, p. 273.

33. DIAS, Nuno Pizarro: “Dinis e Isabel, uma difícil relação conjugal”. *Revista Portuguesa de História*, XXXI-II (1996) 129-165; ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 244-250.

34. Para uma biografia recente destas duas rainhas consortes, veja-se: VARANDAS, José: “Mecia Lopes de Haro (1215?-1270/1271)”. Em MARQUES, Maria Alegria Fernandes; DIAS, Nuno Pizarro; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; VARANDAS, José; OLIVEIRA, António Resende de: *As primeiras rainhas. Mafalda de Mouriana. Dulce de Barcelona e Aragão. Urraca de Castela. Mecia Lopes de Haro. Beatriz Afonso*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 297-381; BALEIRAS, Isabel de Pina Baleiras: *Leonor Teles. Uma rainha inesperada*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

fora da fronteira portuguesa, ainda que num lugar reservado, criado especificamente para o efeito: a Capela de Vera Cruz, aberta para o claustro do Mosteiro de Santa María la Real de Nájera e por ela fundada. Ali, ser-lhe-ia eternizada uma memória de prestígio e de poder, através de um moimento que exhibe, simultaneamente, a pertença da nobre dama a uma das três principais linhagens castelhanas da época, os de Haro, e a dignidade real. Essa dupla afirmação materializa-se no uso dos escudos heráldicos de uma e outra casa para preencher os faciais da arca³⁵. Esta construção identitária enche-se, na verdade, de maior significado e relevância do que aparenta. Mécia é uma figura praticamente ausente da documentação e mesmo dos livros de linhagens, o que dificulta o entendimento da personagem histórica e das reais condições da sua passagem por Portugal. As fontes escritas portuguesas desenvolvem sobre esta mulher uma estratégia de instrumentalização, apresentando-a como um dos rastilhos do processo de destituição do rei³⁶. Nesta construção de uma má memória para Mécia, entra a exaltação das dificuldades políticas e canónicas inerentes ao seu enlace com Sancho II, enlace, aliás, contrariado por grande parte da nobreza portuguesa, repudiado pelo clero e tradicionalmente contestado pela crónica e a historiografia. Os dados disponíveis são, de facto, intrigantes, já que se, por um lado, o rei lhe concede arras e Mécia figura em dois diplomas como “rainha”, por outro o mesmo Papa (Inocência IV) que manda averiguar a consanguinidade entre os dois e decretar o divórcio em caso de impedimento, não se lhe refere nas bulas de exortação e de destituição (talvez por considerar invalidado o matrimónio?)³⁷. De qualquer modo, o sepulcro fala por si, constituindo uma clara afirmação da existência desse enlace e, mesmo no eventual caso da sua anulação, da sua indissolução aos olhos da rainha (ou de quem se ocupa da sua memorialização).

Na mesma capela de Nájera, viriam a sepultar-se dois meios-irmãos de Mécia, Lopo Díaz de Haro (bispo de Sigüenza, †1271) e Diego López de Salcedo († após 1275), reforçando a dimensão linhagística do lugar e gozando, certamente, do prestígio ali introduzida pela sua ilustre familiar. Mais do que refúgio de uma desventurada mulher destituída do seu poder, a capela revela-se-nos, afinal, como campo de oportunidade para a exibição de um estatuto negado noutros lugares, vindo a ser aproveitada – por Mécia ou por alguém em seu nome³⁸ – para a

35. São também estes os elementos que encontramos num selo pertencente a Mécia, apenas a um diploma no qual é intitulada “rainha” e que constitui uma das provas usadas para atestar o seu casamento com Sancho II: VARANDAS, José: *op. cit.*, p. 322.

36. *Ibidem*, pp. 354-360.

37. *Ibidem*, pp. 327-338.

38. Convirá lembrar que, tal como o seu enlace com Sancho II fora fomentado por uma nobreza leonesa e galega com interesses em Portugal e que vira nele uma forma de manejar o débil rei de Portugal, Mécia continuava a ser, para esse mesmo grupo nobiliárquico, começando na sua própria linhagem, um referente do poder das redes de solidariedade familiares transfronteiriças. A

composição de um sepulcro monumental que reforçava uma memória de autoridade. Neste caso, apesar de não ser possível identificar o grau de participação da própria comemorada no seu sepulcro, está demonstrada a relação que os dispositivos funerários podem ter com a construção do poder entre as mulheres (e não só), ao permitirem, neste caso, a exibição da condição régia de Mécia, contestada no domínio público do próprio reino que lha concedera mas tornada, afinal, *perene* no espaço da sua capela.

A escolha do lugar de sepultamento como estratégia para a enfatização de uma componente específica da própria história familiar e, através desta, para a construção de uma memória de prestígio é evidente também no caso de Maria de Vilalobos (f. pós-Outubro de 1367) (fig. 6).

Descendente da família real castelhana (como neta de Sancho IV), Maria gozava de um estatuto social mais elevado do que o marido, Lopo Fernandes Pacheco, figura preponderante da corte do rei Afonso IV de Portugal. Esta realidade conferir-lhe-ia a legitimidade para obliterar a heráldica do esposo na sua arca e



Fig. 6. Túmulo de Maria de Vilalobos (†c. 1367), Capela de S. Cosme e S. Damião, Sé de Lisboa, Foto de José Custódio Vieira da Silva (Projecto IMAGO).

este propósito, veja-se: CALDERÓN MEDINA, Inés, “La Solidaridad familiar. La participación de la nobleza leonesa en la guerra civil portuguesa (1245-1247)”. *Hispania*, 73-245 (2013) 617-646.

parece-me ser por ela entendida como suporte do poder – no sentido de lhe ser reconhecida uma capacidade de decisão – para levar a cabo o seu próprio projecto comemorativo (e, em parte, o do marido), na Sé de Lisboa. Efectivamente, se a escolha deste lugar, onde haviam decidido sepultar-se os reis Afonso IV e Beatriz, resultou de uma decisão conjunta do casal e na base de semelhante privilégio esteve certamente o papel desempenhado por Lopo Fernandes Pacheco no reinado daquele monarca³⁹, a forma como o protagonismo do programa funerário é rigorosamente partilhado entre os dois esposos e a memória de Lopo engrandecida, no seu epitáfio, pelo casamento com a neta do rei castelhano (apagando completamente o seu anterior enlace)⁴⁰ parecem-me configurar o prestígio da ascendência da nobre dama como elemento estruturante do projecto do casal e da sua legitimidade. Por outro lado, se parece plausível aceitar que o processo possa ter sido iniciado ainda em vida de Lopo, os dados históricos disponíveis a as características dos elementos que o compõem apontam para uma responsabilidade de Maria em grande parte da sua elaboração⁴¹.

As armas dos Vilalobos ocupam, assim, a totalidade dos faciais visíveis da arca de Maria, exibindo-se ainda, em duplicado, sobre a tampa e no firmal que prende o manto do seu jacente. Vemos, neste detalhe, como, no contexto dos programas fúnebres, certos discursos, subtis na forma mas não menos assertivos no conteúdo, podem construir afirmações individuais no interior de um contexto perfeitamente formal e codificado, de que é exemplo justamente a heráldica. No caso de Maria de Vilalobos, parece-me clara a mensagem que subjaz ao privilegiar das suas próprias armas, o que faz sem esquecer completamente as do marido, tímida mas significativamente presentes nos botões da peça de vestuário que lhe “guarda” o corpo, o vestido. Desta forma, ganha visibilidade uma interessante articulação entre individualidade e pertença a uma entidade colectiva, expressa através da linhagem e dos laços matrimoniais; entre poder no feminino e obediência a um código de conduta de configuração patriarcal.

Também no sepulcro de Isabel de Aragão, o recurso à heráldica serve a lembrança da ascendência e permite, pela distribuição espacial e numérica dos

39. Sobre o significado político do projecto comemorativo de Afonso IV, veja-se: RODRIGUES, Jorge M. O.: *Galilea, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*. Tese de Doutoramento. Lisboa, FSCH-UNL, 2011, pp. 76-121; FERNANDES; Carla: “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”. *Arqueologia & História*, 58-59 (2006/2007) 143-166.

40. BARROCA, Mário Jorge: *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, t. II, 2, pp. 1996-2002.

41. Sobre estes sepulcros e o papel de Maria de Vilalobos na sua elaboração veja-se: (Barroca, 2000: 2001-2002); FERNANDES; Carla: *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*. Lisboa, IPPAR, 2001; RAMÔA MELO, Joana: *op. cit. O Género Feminino*, pp. 316-328.

escudos, construir um discurso significante acerca do que esta rainha mais privilegia nos seus laços familiares (figs. 5, 9 e 10). Assim, por um lado, não abdica das armas que lembram a sua ligação ao imperador Frederico II de Hohenstaufen (seu bisavô materno) e, por outro, faz associar o escudo de Aragão, representado em maior número até do que o próprio escudo português, a momentos-chave da representação, como seja o Calvário e a cena do transporte da alma aos Céus⁴².

Um outro exemplo ainda desta articulação entre o poder inerente à escolha de um lugar de sepultamento privilegiado e a exaltação de uma autoridade que se origina na ascendência própria, é o túmulo de Vataça (f. c. 1337), a quem me referi no início deste artigo. Vataça, descendente dos imperadores de Niceia, chegara a Portugal juntamente com Isabel de Aragão⁴³. “Uma dona na vida e na morte”⁴⁴, é lembrada através de um sepulcro conservado na Sé Velha de Coimbra, na tampa do qual aparece o único jacente de mulher presente no interior daquela igreja, dando literalmente corpo a uma destacada presença feminina entre os prelados conimbrinceses. A arca dispensa, por completo, qualquer referência à linhagem do marido, os Soverosa (uma das mais importantes do reino de Portugal), ao mesmo tempo que faz um uso ostensivo das armas imperiais herdadas da mãe (ver fig. 1). Mais do que o sinal de uma resistência à sua “aculturação” ou mesmo mero reflexo da inexistência de descendentes, este “detalhe” iconográfico oferece-nos um testemunho do orgulho na linhagem de que descende e de um gosto pela sua ostentação, que podemos detectar igualmente no tipo de objectos que possui. Com efeito, entre as diversas jóias registadas como estando na sua pertença perpassa uma clara marca oriental, sendo particularmente interessante a presença de uma coroa, que Vataça herdou da mãe e da qual nunca se desfez, vindo a ser adquirida pela rainha Beatriz (esposa de Afonso IV) aos seus testamenteiros⁴⁵. Vataça personifica um modelo de vida activa, marcado por uma lúcida administração dos seus bens e uma vontade de reforçar um senhorio próprio, consolidando o seu estatuto como autêntica senhora feudal, para o que teve de lutar contra resistências várias, a começar por aquelas advindas da própria família do marido, Martim Anes de Soverosa, de quem foi viúva por mais de 40 anos. Assim, ao analisarmos o

42. RAMÔA MELO, Joana: *op. cit.* *O Género Feminino*, p. 297; ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit.* *D. Dinis del Portogallo*, p. 372.

43. Vataça foi filha de Eudóxia Lascaris (também chamada, simplesmente, Lascara), portanto neta de Teodoro II Lascaris e sobrinha do seu sucessor, João IV Lascaria, o último imperador de Niceia. A sua chegada a Portugal fez-se através da futura rainha Isabel, com quem viajou de Aragão para o novo reino, em 1282.

44. COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina: “Vataça – uma dona na vida e na morte”. Em *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto, Centro de História da Universidade do Porto / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, vol. I, pp. 159-193.

45. Conserva-se um inventário dos bens de Vataça, bastante detalhado e que foi estudado por: COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina: “Os Bens de Vataça. Visibilidade de uma Existência”. *Revista de História das Ideias*, 9 (1987) 33-77.

programa do seu sepulcro não lhe podemos adivinhar qualquer vontade de promover o apagamento da memória de um matrimónio longínquo que, pelo contrário, lhe interessaria avivar. Devemos ver ali, sim, o desejo de mostrar a mais recuada e nobre origem da sua autoridade, assim como o direito a exibí-la como tal.

Se é verdade que não podemos ter certezas quanto ao envolvimento da própria Vataça na execução do seu moimento – embora me pareça legítimo considerar a sua participação pelo menos no desenho e início da peça⁴⁶ – as decisões que toma relativamente à sua comemoração, em sentido mais alargado, dizem bastante da forma como se pensa a si própria no final da vida e do estatuto – mesmo do poder – que soube (e pôde) construir para si mesma.

Já antes considerada uma “mulher entre mulheres”⁴⁷, vêmo-la, afinal, como uma “mulher entre homens”, actuando durante a vida dentro dos contornos de um estatuto (o senhorial) historiograficamente associado a um género que não o seu⁴⁸, e introduzindo, depois da morte, uma singular presença feminina no seio dos prelados da Sé de Coimbra, onde ocupa mais um arcossólio, concretamente aquele mais próximo do transepto, na nave lateral esquerda. A possibilidade de partilha de lugar com o marido (sepultado em S. Francisco de Santarém), que nunca parece ter estado sequer no seu horizonte, e mesmo a vontade – demonstrada em certo momento – de acompanhar a rainha Isabel nas suas opções fúnebres, dera finalmente lugar a um projecto de comemoração próprio, concretizado na escolha de um espaço privilegiado para o seu sepultamento, espelho mais fiel, porventura, do que acabara por ser a sua existência, e possivelmente também de uma transformação progressiva da natureza do projecto isabelino para Santa Clara⁴⁹.

46. Dispomos de de um recibo de pagamento a um mestre Pêro, “*pelo moymento que fiz de Dona Vataça*”, com a data de 29 de Janeiro de 1337 (ANTT – Sé de Coimbra, 2.^a inc., m. 88, n.º 4200). Menos de um ano medeia, portanto, a redacção do testamento e a conclusão do moimento (durante o qual terá falecido a nobre dama, em data que se desconhece), o que deveria corresponder ao tempo médio de execução de uma peça desta natureza.

47. COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina: *op. cit.* “Os Bens de Vataça”, p. 56.

48. Sobre a actuação de Vataça em matéria diplomática (pela sua forte ligação à família real) e senhorial, veja-se: COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina: “Vataça – uma dona na vida e na morte”. Em *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto, Centro de História da Universidade do Porto / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, vol. I, pp. 159-193. Para uma discussão acerca da artificialidade das fronteiras historiograficamente criadas entre géneros no que respeita ao exercício dos poderes senhoriais, veja-se: LOPRETE, Kimberly A.: *op. cit.*

49. Do primeiro para o segundo testamento que dela se conservam, de 24 de Janeiro de 1323 para 21 de Abril de 1336, Vataça opera uma significativa mudança decisória no que respeita ao seu sepultamento: de uma “subordinação” às opções da rainha Isabel, a quem prestou serviços toda a vida (“*aquell logar hu mha senhora Raunha dona Issabel de Portugal e do algarve se mandar soterrar*”) ao desejo de se sepultar sozinha na Sé de Coimbra, onde se encontra ainda hoje: ANTT – Sé de Coimbra, 2.^a incorp., m. 5, n.º 269.

Com efeito, o afastamento de Vataça relativamente a este último lugar, para a encenação da sua própria sepultura, pode bem ser visto como mais um sinal do funcionamento do mosteiro de clarissas de Coimbra como reduto da memória da rainha Isabel, à qual todas as outras seriam necessariamente subordinadas. Essa realidade traduzir-se-ia visualmente numa espécie de capela de vocação essencialmente funerária levantada a meia altura da igreja, dentro da qual o túmulo da soberana viria, segundo a sua própria vontade, a ser colocado. Na verdade, tendo inicialmente optado por uma localização entre o coro e o altar-mor⁵⁰, Isabel de Aragão acabaria por ficar sepultada num lugar próprio, e de certo modo individualizado, no seio do espaço eclesial.

Narra a *Vita* da rainha santa que a igreja foi desde cedo acometida por enchentes (dada a proximidade do rio Mondego) que inclusivamente foram perturbando o próprio processo construtivo⁵¹. O relato hagiográfico acrescenta que teria sido na sequência de um episódio mais grave desta natureza que Isabel teria decidido mandar construir a referida estrutura elevada.

As motivações que moveram Isabel e os objectivos que visava cumprir com este tipo de solução, extremamente original, foram até há pouco identificadas com o desejo de salvaguardar o rico moimento já então terminado e, conseqüentemente, assegurar a dignidade e a praticabilidade do culto fúnebre desejado, conciliando a permanência em Santa Clara com a plena realização do projecto de comemoração que tinha em mente e fora já parcialmente elaborado. Contudo, sem anular a validade deste propósito e preocupação, não podemos deixar de ter em conta outros potenciais factores, já que esta solução permitia resolver o obstáculo visual que a monumental arca funerária de Isabel representaria se colocada em frente à capela-mor, condicionando ainda mais a perspectiva já restrita das monjas⁵². Por outro lado, é curioso e bem representativo do poder que uma composição como esta permitia projectar na memória da rainha o facto de, embora Isabel tenha posteriormente decidido colocar o sepulcro no coro monástico, o filho, Afonso IV ter recuado à anterior opção pela capela elevada, inaugurando, materialmente, o culto da rainha mãe, morta em odor de santidade⁵³. Esta solução permitia, assim, (re)alargar a audiência do túmulo, sem perder a protecção e a dignidade de um enquadramento específico, cujas limitações de utilização (dada a sua reduzida dimensão) talvez reforçassem a mística do lugar.

Estendendo-se em largura pelas três naves, essa “igreja dentro da igreja” dividia-se, ela própria, em dois espaços, separados por uma grade: uma capela do lado correspondente ao dos leigos, dotada de um altar fronteiro à grade e no

50. Aliás, repetindo a localização escolhida pelo rei Dinis em Odivelas: ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, p. 273.

51. *Vida da Rainha Santa*, *op. cit.*, p. 101.

52. ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, p. 277.

53. ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. “Le origini del processo di canonizzazione”*, pp. 172-174.

interior da qual se devia dispor o moimento da rainha, com os pés voltados para a capela-mor do templo; um pequeno coro do lado das monjas⁵⁴. Concretiza-se nesta cenografia um interessante “jogo” entre acessibilidade e inacessibilidade, entre comunhão com os leigos e aproximação às religiosas, entre partilha com os fiéis e afirmação de uma excepcionalidade. Desta forma, também o lugar, como o túmulo, exprimia materialmente a ambiguidade do modo de vida adoptado por Isabel nos anos de viuvez. Ao contrário de Elisenda de Montcada em Santa Maria de Pedralbes, em Santa Clara de Coimbra não se distinguiam claramente as duas condições – a de rainha-mãe e a de mulher piedosa –, antes se conciliavam, alimentando uma “tensão” que faz vibrar todo o programa isabelino numa originalidade desafiante, destinada a diferentes públicos, incluindo clarissas e leigos. Concordo, assim, absolutamente com Giulia Rossi Vairo quando se opõe à ideia de que um programa funerário como o da rainha Isabel pudesse ser pensado para ficar fechado no coro monástico e que a ideia de entrar na reclusão foi posterior à concepção e manufactura da peça, para além de temporária⁵⁵. É certo que se descreve na *Vita* que o sepulcro se encontrava circundado por um gradeamento, mas não sabemos desde quando nem até que ponto este podia constituir um obstáculo à sua plena leitura. Tal não impediria, de resto, o pleno cumprimento dos seus propósitos. Na verdade, a acessibilidade pautada por movimentos rituais ou certos constrangimentos que marca as formas de recepção de muita da tumulária medieval facilitaria o reconhecimento da alteridade de quem através dela se fazia presente, destacando esses indivíduos do comum dos crentes e investindo-os de uma memória de poder de longa duração⁵⁶. O mesmo efeito seria produzido pela originalidade ou a especificidade dos programas que temos vindo a observar.

4.—*O poder da imagem: memórias individuais e familiares; “retratos” poderosos e compromissos de género*

Junto à rainha Isabel estava sepultada, por vontade da própria, a sua neta, também Isabel (1325-1326), falecida em idade precoce⁵⁷ e cuja presença vinha reforçar o prestígio e uma ideia de bem-aventurança para a soberana (fig. 7).

54. Sobre a capela funerária, veja-se: MACEDO, Francisco Pato de: *op. cit. Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, pp. 639-696; ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 277-285. Esta última autora procura mesmo entender a cenografia concebida pela rainha para aquele lugar.

55. *Ibidem*, pp. 282-289.

56. Para uma leitura sugestiva sobre esta matéria, veja-se: WILLIAMSON, Beth: “Sensory Experience in Medieval Devotion: Sound and Vision, Invisibility and Sound”. *Speculum*, 88/1 (2013) 1-43.

57. A infanta Isabel, filha dos reis Afonso IV e Beatriz, falecera a 11 de Julho de 1326, contando somente um ano e quase seis meses de vida. Fora baptizada e criada pela avó, Isabel de Aragão. No



Fig. 7. Túmulo da infanta Isabel (1325-1326), Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra, Foto de José Custódio Vieira da Silva, Confraria da Rainha Santa Isabel.

Iniciado depois de o túmulo da rainha estar terminado, o moimento da infanta terá sido concebido em função de uma lógica de articulação entre as duas peças e pensado para permanecer já no interior do coro monástico. Os dois túmulos, dispostos um em frente ao outro (o da infanta aos pés do da rainha), proporcionavam um diálogo estético e iconográfico que enriquecia os sentidos de cada um e, em conjunto, potenciariam a aura de beatitude e pureza do lugar – mas também a autoridade de Isabel, capaz de emular em tudo o rei Dinis, igualmente sepultado junto a um neto seu homónimo⁵⁸. Fala-se, por isso, frequentemente do carinho que a rainha-mãe teria pela neta, justificando, deste modo, a decisão de Isabel. Não sendo de desprezar, essa dimensão sentimental não deve fazer-nos esquecer outros valores que podem estar contidos num acto desta natureza e com ela entrecruzar-se. De facto, a enfatização da memória desta menina, falecida antes sequer de conhecer o pecado, parece adequar-se na perfeição ao espaço de que a rainha já nesta data se apropriara como lugar de preservação do seu corpo

segundo testamento (1327), a rainha é muito clara dizendo que quer ser sepultada junto com a neta, no coro: SOUSA, António Caetano de: *op. cit.*, t. I, p. 148.

58. ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit.* “O mosteiro de S. Dinis, panteão régio”, pp. 6-11.

e da sua memória: um mosteiro feminino. O potencial moralizante do exemplo concretizado na infanta – a perseverança na castidade sendo uma virtude central a estimular entre as religiosas –, ainda para mais considerando o local específico a que a sua arca se destinava – inicialmente, o coro monástico⁵⁹ –, parece-me ser mais do que evidente. O programa iconográfico da arca destinada à infanta reforça justamente esta ideia, explorada por quem elabora o projecto. A arca apresenta-se, assim, totalmente preenchida, nos faciais, com um desfile ímpar de mulheres, entre virgens mártires e a imagem de Santa Clara, que não deixam espaço a qualquer intromissão masculina e fazem da santidade feminina o tópico dominante do programa. Concretiza-se, desta forma, um discurso pensado em função da audiência (as clarissas), que é, ao mesmo tempo, propiciador de uma incorporação da infanta Isabel nesse universo da hierarquia celeste a que pertencem as virgens mártires. Com efeito, a evocação do santoral feminino, ao longo dos faciais da arca, culmina visualmente na representação da própria menina, através do jacente, colocado sobre a tampa. É também nesta lógica que devemos entender a entrada, naquele cortejo, da Virgem Maria, com o Menino ao colo, representada no facial dos pés junto a dois anjos segurando grandes círios, que mantêm aceso, eternamente, o caminho da inumada em direcção aos céus. Intercessora privilegiada dos leigos neste período, “advogada dos pecadores”, como lhe chama a rainha Isabel no segundo testamento, a Virgem exalta, nesta iconografia concreta, os valores da maternidade, que neste caso Isabel de Aragão punha em exercício através da infanta, sua neta e afilhada. Desta forma, a Mãe de Jesus constitui um inquestionável elo de ligação, tanto formal como simbolicamente, entre o programa da arca da rainha e o da arca da infanta, entre a condição e o sentimento da avó/madrinha e da neta/afilhada – mostrando as vias pelas quais o projecto de comemoração da pequena Isabel podia assumir valências também na exaltação das virtudes daquela que o elaborou: a adulta Isabel, uma mulher que se mostra tão poderosa e socialmente distinta, quanto espiritualmente comprometida e cumpridora dos padrões comportamentais associados ao seu género.

Tal como a própria rainha lhe chama no seu segundo testamento, no “seu” mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel de Coimbra, convivendo, frente a frente, com o seu moimento e dialogando com a sua memória (fundindo-se nela), Isabel de Aragão passava desde então a contar ainda com a presença da neta que mais próxima de si tinha. Assim se consumava em pleno um projecto que é também o testemunho das potencialidades que a “apropriação”, sob a forma de uma homenagem, do corpo incorrupto das crianças e da sua vida imaculada – qual “reliquia” familiar – podia proporcionar.

59. RAMÔA MELO, Joana: *op. cit. O Género Feminino*, pp. 342-343; ROSSI VAIRO, Giulia: *op. cit. D. Dinis del Portogallo*, pp. 298-299.

O caso de Isabel é, assim, um bom exemplo de como as memórias pessoais não se constroem somente no anulamento das teias relacionais em que estes indivíduos se inserem, bem como das múltiplas possibilidades de articulação entre as memórias individuais e familiares, entre os interesses da família de que partem as mulheres e os da família em que se inserem, depois de casadas⁶⁰.

Um outro exemplo destas mesmas dinâmicas familiares, de como elas encontram registo em matéria comemorativa e de como podem concorrer para tornar algumas mulheres motores de inovação e criação no âmbito cultural e artístico – logo, agentes de poder – é o de Filipa de Lencastre (1361-1415), esposa do rei João I. O papel activo desempenhado por esta rainha numa política de promoção de uma identidade nacional para Portugal e, ao mesmo tempo, de intensificação dos contactos com Inglaterra – suportada pelo marido (João I) e pelo irmão (Henrique IV de Inglaterra) – começa a ser devidamente reconhecido⁶¹. Nesse programa de diferenciação política e cultural do reino português relativamente ao de Castela (contra cujas pretensões João I se impusera no trono), no qual a rainha parece participar, incluem-se estratégias diversas como a promoção de uma admiração pela linhagem inglesa entre a sua descendência, o cultivo de uma piedade própria na corte lusa, ou mesmo a moda. Nesse sentido, não podemos deixar de ver na escolha de um túmulo duplo (arca única com dois jacentes sobre a tampa) para o casal régio – o primeiro da História portuguesa e de claro referente inglês – uma presença de Filipa (fig. 8).

Estivesse ou não a rainha efectivamente na raiz de tal decisão, foi *através* da sua chegada ao contexto português que esta novidade se introduziu, vindo a formar este sepulcro o centro visual e simbólico da capela funerária destinada à comemoração dos reis, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha⁶². Esse modelo de túmulo conjugal oferecia, desde então, mais um instrumento para a

60. Veja-se o que diz John Carmi Parsons a propósito dos sepulcros das rainhas inglesas Leonor de Castela (†1290, esposa de Eduardo I) e Filipa de Hainault (†1369, mulher de Eduardo III), ambas tumuladas na abadia de Westminster: PARSONS, John Carmi: “‘Never was a body buried in England with such solemnity and honour’: The Burials and Posthumous Commemorations of English Queens to 1500”. Em DUGGAN, Anne J. (ed.): *Queens and Queenship in Medieval Europe*, Woodbridge, The Boydell Press, 1997, pp. 325-329.

61. COLEMAN, Joyce: “Philippa of Lancaster, queen of Portugal – and patron of the Gower translations? England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century”. *Cultural, literary and political exchanges*. New York, Palgrave Macmillan, 2007, pp. 135-165; SILVA, Manuela Santos: *Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 158-179.

62. A verdade é que Filipa morre em 1415, muito antes do rei, falecido em 1433. Contudo, da leitura do testamento do monarca, datado de 1426, depreende-se que o moimento estava já então elaborado, mesmo que não com todos os elementos que hoje lhe conhecemos, já que caberia a Duarte, o sucessor de João I, a composição das inscrições que ocupam os faciais maiores da arca: GOMES, Saúl António: *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (séculos XIV a XVII)*, Lisboa, IPPAR, 2002, p. 135.



Fig. 8. Túmulo de João I (1357-1433) e Filipa de Lencastre (1360-1415), Capela do Fundador, Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, Foto de José Custódio Vieira da Silva (Projecto IMAGO).

construção memorialística dos casais, enfatizando a articulação entre as memórias – e os papéis – dos dois esposos, numa versão que aprofunda a ideia de partilha e complementaridade expressa na centúria anterior pelos pares de arcas concebidos separadamente mas como parte de um mesmo programa⁶³. O gesto das mãos dadas – patente no casal Filipa e João e em todos os exemplares nele inspirados – espelha precisamente esta vontade de apelar ao laço matrimonial que assim como que se re-encena eternamente⁶⁴.

O facto de todos os sepulcros do mesmo tipo produzidos em contexto português tomarem como referência o túmulo de João I e Filipa de Lencastre, cuja participação activa no reinado do marido parece incontestável, conferir-lhes-ia certamente uma dimensão de afirmação feminina, e do poder das mulheres dentro

63. Refiro-me, nomeadamente, aos túmulos de Lopo Fernandes Pacheco e Maria de Vilalobos (1339-1349, Sé de Lisboa), Domingos Joanes e Domingas Sabachais (c. 1341, Oliveira do Hospital) e Pedro I e Inês de Castro (1360-1366, Alcobaça).

64. BARKER, Jessica: *Monuments and Marriage in Late Medieval England: Origins, Functions and Receptions of Double Tombs*. Tese de Doutoramento. Londres: Courtauld Institute of Art, 2014.

do núcleo conjugal, que pode escapar a uma sua leitura descontextualizada⁶⁵. Efectivamente, a unidade formada pelos dois membros do casal régio, cada um contribuindo, em igual medida e à sua maneira, para o prestígio de uma corte e de um reino que neles deviam espelhar-se, constitui o grande eixo de estruturação de todo o programa funerário concebido pelo rei. A Filipa é dado papel de protagonista, através da sua representação sobre a tampa do monumental sepulcro que centraliza e domina inteiramente todo o espaço da capela dos reis, mas também do longo epitáfio que o filho e sucessor no trono, Duarte, lhe dedica no facial maior da arca correspondente ao seu lado (como faz para o pai, do lado oposto)⁶⁶. Por via dos recursos visuais e textuais, sublinha-se, assim, a sua participação na elevação que a nova dinastia representava, através do seu estatuto de grande dama de ilustre ascendência⁶⁷, mas também da sua sólida formação (capaz até de corrigir os mais instruídos prelados) e natureza virtuosa e caritativa⁶⁸, sem descuidar o cumprimento exemplar da sua condição de esposa (amando fielmente o seu marido), mãe e educadora (para os filhos e para as mulheres da corte)⁶⁹. Não só de João, o rei, mas também de Filipa, a rainha, dependia a grandeza de uma geração celebrada, nas suas origens e na sua continuidade, na capela mandada construir pelo monarca, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha. Ali, no lugar exacto de celebração de uma vitória militar⁷⁰ e de exaltação política de uma dinastia reinante, naquele que se transformaria, afinal, no primeiro panteão régio da História da monarquia

65. Os exemplos conservados são: o dos reis Duarte I e Leonor (Batalha); o de Fernando de Meneses e Brites de Andrade (Vila do Conde); o de Pedro de Meneses e Beatriz Coutinho/Margarida Miranda (Santarém); o de Pêro Esteves Cogominho e Isabel Pinheiro (Guimarães). A inclusão de jacentes femininos em túmulos conjugais resulta, aliás, num aumento percentual do número de moimentos em que é possível visualizar a presença feminina no século xv face à centúria anterior.

66. Para uma transcrição completa e tradução para inglês dos dois epitáfios, veja-se: BARKER, Jessica: “Transcription and translation of the epitaph of João I and Philippa of Lancaster, King and Queen of Portugal”. *The Sculpture Journal*, 26/2 (2017) 249–59.

67. As primeiras 37 das 80 linhas do seu longo epitáfio são exclusivamente dedicadas ao registo dos laços familiares de Filipa e dos acontecimentos político-militares que a levaram até à corte portuguesa e ao casamento com João I.

68. “*Haec felicissima Regina a puellari aetate, usque in suae terminum vitae, fuit Deo devotissima: et divinis o ciiis ecclesiasticae consuetis tam diligenter intenta, quod clerici literati et devoti religiosi erant per eandem saepius eruditi: in oratione autem erat tam continua, quod demptis temporibus gubernatione vitae necessariis, contemplationi et lectioni, seu devotae orationi totum residuum applicabat*”: BARKER, Jessica: *op. cit.* “Transcription and translation”, p. 250. OK a incluir el latín aquí.

69. “*Plurimum vero delissime dilexit proprium virum: et moralissime proprios lios castigando virtuosissima doctrinavit (...) Virtuosissima ista Domina extitit faeminis maritatis bene vivendi regulare exemplar, Domicellis directio et totius honestatis occasio: cunctisque suis subjectis fuit curialis urbanitatis moderatissima doctrix*”: BARKER, Jessica: *op. cit.* “Transcription and translation”, p. 250.

70. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória ou Mosteiro da Batalha, como é mais comumente designado, foi fundado por João I na proximidade do campo da Batalha de Aljubarrota, confronto que representa a confirmação militar da legitimidade do rei recentemente aclamado em cortes. Sobre

portuguesa, Filipa, uma mulher, assumia o seu lugar de destaque, concedido e visto como natural. Esse protagonismo seria, aliás, respeitado pelos sucessores no trono e restantes ocupantes da capela, já que nenhum outro jacente feminino se lhe veio juntar. Esta realidade visual funciona como um espelho da vocação dinástica, patrilinear da capela, imposta pelo próprio rei que a fundou. Por isso mesmo se torna ainda mais significativo que seja, afinal, a tradição sepulcral familiar de Filipa a impor-se como eixo de definição do programa, elemento de maior impacto no conjunto. Apesar de comemorados como iguais, a memória do rei é, assim, como que assimilada a essa tradição que emana da rainha.

5.—*Considerações finais*

O uso combinado de texto e imagem torna o programa de memorialização de Filipa de Lencastre uma espécie de ponto de chegada para a minha análise. Com efeito, as palavras que o filho Duarte manda inscrever na pedra da arca sintetizam verbalmente o tipo de “retrato” que nos vários sepulcros analisados podemos ver concretizado, através do qual se concilia uma imagem de poder com o cumprimento de uma exemplaridade moral mostrada com vista à salvação.

A caridade – representada pelas esmoleiras – e a piedade – centralizada nos livros de orações – impõem-se como principais virtudes evocadas, configurando uma confiança num destino beatífico para a alma mas também conferindo às mulheres assim retratadas uma imagem modelar que engrandece o poder inerente ao simples facto de serem comemoradas de forma eloquente. Ao mesmo tempo, dota-as de uma capacidade interpelativa com efeitos positivos para a eternização da sua lembrança. De facto, a forma como a maioria das figuras jacentes analisadas representa as mulheres que pretende rememorar – de olhos bem abertos e/ou cumprindo gestos de quem está viva, umas de mãos postas (infanta Isabel e Vataça), outras segurando o seu livro de horas (Isabel de Aragão, Maria de Vilalobos, Filipa de Lencastre) ou dando a mão ao marido (também Filipa de Lencastre) – intensifica a ideia de uma presença, que não é apenas física, mas participativa, como se pudessem desdobrar-se numa ubiquidade que as torna simultaneamente comemoradas e comemoradoras, orantes/devotas e destino das orações.

Contemplando o jacente de Filipa de Lencastre damo-nos conta de que, mesmo ao longo de Quatrocentos, os jacentes portugueses tenderão a manter esse seu aspecto idílico e idealizado, sem abrir grande espaço ao verismo da morte e muito menos à introdução dos *transi* (representação do jacente como cadáver) que noutros contextos marcam então uma nova forma de encarar a morte através

a história deste mosteiro, veja-se: SILVA, José Custódio Vieira da, REDOL, Pedro: *O Mosteiro da Batalha*. Lisboa/Londres, IPPAR/SCALA, 2007.

dos sepulcros. Assim se prolonga uma ambivalência capaz de exprimir a tensão escatológica cristã – entre a realidade da morte e a confiança na ressurreição do corpo – e se manifesta a preferência por uma ideia de preservação da perfeição corporal após a morte, evitando qualquer confronto com a degradação. Mais do que um contraste, pretender-se-á promover uma correspondência mental entre pedra e osso⁷¹, entre um corpo esculpido perfeito e um corpo natural que se mantém incorrupto. O epitáfio de Filipa é, mais uma vez, a este propósito muito claro, lembrando que, um ano após o seu falecimento, ao ser trasladado, o corpo da rainha foi encontrado intacto e exalando um suave odor⁷². O foco mantém-se, assim, na rememoração de quem aquelas mulheres foram, do seu “corpo” social, da autoridade vivida e, portanto, no prolongamento de uma presença que não se desfaz, de um poder que não desaparece.

Um olhar atento sobre o âmbito tumular, mesmo na diversidade de situações e soluções, permite-nos falar, para diversas mulheres medievais, da sua autoridade, enquanto capacidade demonstrada para impactar no conjunto social, oferecendo-lhe uma determinada leitura da realidade, ou simplesmente impondo-se nele como presença: nas suas orações, nas suas práticas ou no condicionamento da sua percepção.

6. – Fontes e Bibliografia

ANTT = Arquivo Nacional Torre do Tombo.

ANTT – Sé de Coimbra, 2.ª incorp., m. 5, n.º 269.

ANTT – Sé de Coimbra, 2.ª inc., m. 88, n.º 4200.

A Vida da Rainha Santa Isabel. Edição de José Vianna. Coimbra, Coimbra Editora, 1954.

ANDRADE, Maria Filomena: *In oboedientia, sine próprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

– *Rainha Santa, mãe exemplar*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

ARBESÚ, David: “Alfonso X el Sabio, Beatriz de Portugal y el sepulcro de doña Mayor Guillén de Guzmán”. *eHumanista*, 24 (2013) 300-320.

AURELL, Martin: “L’art comme propagande royale? Henri II d’Angleterre, Aliénor d’Aquitaine et leurs enfants (1154-1204)”. *Hortus artium medievalium*, 21 (2015) 22-40.

BADHAM, Sally e OOSTERWIJK, Sophie: “‘Monumentum aere perennius’? Precious-metal effigial tomb monuments in Europe 1080-1430”. *Church Monuments*, 30 (2015) 7-105.

BALEIRAS, Isabel de Pina Baleiras: *Leonor Teles. Uma rainha inesperada*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

71. BARKER, Jessica: *op. cit.* “Stone and Bone”.

72. “*et anno sequenti, mensis Octobris die nona fuit praetiosum corpus eius desepultum, integrum inventum et suaviter odoriferum*”: BARKER, Jessica: *op. cit.* “Transcription and translation”, p. 250.

- BARKER, Jessica: *Monuments and Marriage in Late Medieval England: Origins, Functions and Receptions of Double Tombs*. Tese de Doutoramento. Londres: Courtauld Institute of Art, 2014.
- “Stone and Bone: The Corpse, the Effigy and the Viewer in Late-Medieval Tomb Sculpture”. Em BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *Revisiting the Monument: Fifty Years Since Panofsky's Tomb Sculpture*. London, Courtauld Books On-Line, 2016, pp. 113-136.
- “Transcription and translation of the epitaph of João I and Philippa of Lancaster, King and Queen of Portugal”. *The Sculpture Journal*, 26/2 (2017) 249–59.
- “Invention and Commemoration in Fourteenth-Century England: A Monumental “Family Tree” at the Collegiate Church of St. Martin, Lowthorpe”. *Gesta*, 56-1 (2017) 105–128.
- BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *Revisiting the Monument: Fifty Years since Panofsky's Tomb Sculpture*. London, Courtauld Books On-Line, 2016.
- BARROCA, Mário Jorge: *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
- “As quatro faces de Rodrigo Sanches”. *Portvgalia*, Nova Série, 34 (2013) 151-189 .
- BASCHET, Jérôme: “Âme et corps dans l'Occident médiéval: une dualité dynamique, entre pluralité et dualisme”. *Archives de sciences sociales des religions* [Em linha], 112 (2000). Posto em linha a 19 de Agosto de 2009. URL: <http://assr.revues.org/20243>.
- *L'iconographie médiévale*. Paris, Gallimard, 2008.
- “Distinction des sexes et dualité de la personne dans les conceptions anthropologiques de l'Occident médiéval”. Em THÉRY, Irène e BONNEMÈRE, Pascale (dir.): *Ce que le genre fait aux personnes*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2008, pp. 175-195.
- BASCHET, Jérôme e DITTMAR, Pierre-Olivier (dir.): *Les Images dans l'Occident Médiéval*. Turnhout, Brepols, 2015.
- CAVINESS, Madeline: “Anchoress, Abbess, and Queen: Donors and Patrons, or Intercessors and Matrons?”. Em MACCASH, June Hall McCash: *The Cultural Patronage of Medieval Women*. Athens & London, The University of Georgia Press, 1996, pp. 105-154.
- COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina: “Os Bens de Vataça. Visibilidade de uma Existência”. *Revista de História das Ideias*, 9 (1987) 33-77.
- “Vataça – uma dona na vida e na morte”. Em *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto, Centro de História da Universidade do Porto / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, vol. I, pp. 159-193.
- COLEMAN, Joyce: “Philippa of Lancaster, queen of Portugal – and patron of the Gower translations? England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century”. *Cultural, literary and political exchanges*. New York, Palgrave Macmillan, 2007, pp. 135-165.
- DIAS, Nuno Pizarro: “Dinis e Isabel, uma difícil relação conjugal”. *Revista Portuguesa de História*, XXXI-II (1996) 129-165.
- DRESSLER, Rachel: “Sculptural Representation and Spatial Appropriation in a Medieval Chantry Chapel”. Em GERTSMAN, Elina e STEVENSON, Jill Stevenson (eds.): *Thresholds of Medieval Visual Culture: Liminal Spaces*. Woodbridge, Boydell and Brewer, 2012, pp. 217-236.
- “Identity, Status, and Material: Medieval Alabaster Effigies in England”. *Peregrinations: Journal of Medieval Art and Architecture*, V-2 (2015) 65-96.
- ESPAÑOL BERTRÁN, Francesca: “Sicut ut decet. Sepulcro y espacio funerário em la Cataluña bajomedieval”. Em AURELL, Jaume e PAVÓN, Julia (ed.): *Ante la muerte. Actitudes, espacios y formas em la España medieval*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2002, pp. 95-102.
- FERNANDES, Carla: “Maestro Pero y su conexión con el arte de la Corona de Aragón (La renovación de la escultura portuguesa en el siglo XIV)”. *Boletín del Museo e Instituto “Camón Aznar”*, LXXXI/243-272 (2000) 243-271.
- *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*. Lisboa, IPPAR, 2001.
- “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”. *Arqueologia & História*, 58-59 (2006/2007) 143-166.

- “Fama y memoria. Los enterramientos portugueses de reinas y mujeres de la nobleza en el siglo XIV”. Em BORNGÄSSER, Barbara, KARGE, Herik e KLEIN, Bruno (eds.): *Grabkunst und Sepulkralkultur in Spanien und Portugal / Arte funerario y cultura sepulchral en España y Portugal*. Madrid, Iberoamericana, 2006, pp. 207-224.
- “The Tomb of D. Rodrigo Sanches: the rediscovery of an iconographic program”. *Medievalista online*, 16 (2014) 1-38.
- “El primer yacente portugués. En torno al sepulcro de la reina Urraca y las posibles relaciones entre los centros artísticos franceses y peninsulares”. Em YAGUE, Marta Poza e MARTÍNEZ, Diana Olivares: *Alfonso VIII y Leonor de Inglaterra: confluencias artísticas en el entorno de 1200*. Madrid, Ediciones Complutense, 2017, pp. 397-421.
- FREQUIN, Sanne: “Veiling and unveiling – the materiality of the tomb of John I of Avesnes and Philippa of Luxembourg in the Franciscan church of Valenciennes”. Em BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *Revisiting the Monument: Fifty Years Since Panofsky’s Tomb Sculpture*, London, Courtauld Books On-Line, 2016, pp. 184-200.
- GIBBONS, Rachel C.: “The Queen as ‘Social Mannequin’. Consumerism and expenditure at the Court of Isabeau of Bavaria, 1393-1422”. *Journal of Medieval History*, 26-4 (2000) 371-395.
- GOMES, Saúl António: *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (séculos XIV a XVII)*, Lisboa, IPPAR, 2002.
- GUTIÉRREZ BAÑOS, Fernando: “Una nota sobre escultura castellana del siglo XIII: Juan González, el pintor de las imágenes de Burgos, y el sepulcro de doña Mayor Guillén de Guzmán en el convento de Santa Clara de Alcocer (Guadalajara)”. *Archivo Español de Arte*, 88/349 (2015) 37-52.
- HERRERA CASADO, Antonio: *Monasterios medievales de Guadalajara*. Guadalajara, Aache Ediciones, 1997.
- HOUTS, Elisabeth van (ed.): *Memory and Gender in Medieval Europe, 900-1200*. Toronto, University of Toronto Press, 1999.
- *Medieval Memories: Men, Women and the Past, 700-1300*. Harlow, Longman, 2001.
- JASPERSE, Jitske: “Matilda, Leonor and Joanna: the Plantagenet sisters and the display of dynastic connections through material culture”. *Journal of Medieval History*, 43/5 (2017) 523-547.
- LOPRETE, Kimberly A.: “Gendering viragos: medieval perceptions of powerful women”. Em MEEK, C. e LAWLESS, C.: *Studies on Medieval and Early Modern Women, 4: Victims or Viragos?* Dublin, Four Courts, 2005, pp. 17-38.
- MACEDO, Francisco Pato de: *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.
- MACEDO, Francisco Pato de e GIL, Francisco: “A oficina escultórica de Mestre Pêro: uma abordagem interdisciplinar”. *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, 29 (2010) 32-37.
- MARCOUX, Robert: “Memory, Presence and the Medieval Tomb”. Em BARKER, Jessica e ADAMS, Ann (eds.): *Revisiting the Monument: Fifty Years since Panofsky’s Tomb Sculpture*, London, Courtauld Books On-Line, 2016, pp. 49-67.
- MARTIN, Therese: “The Art of a Reigning Queen as Dynastic Propaganda in Twelfth Century Spain”. *Speculum*, 80/4 (2005) 1134-1171.
- (ed.): *Reassessing the Roles of Women as ‘Makers’ of Medieval Art and Architecture*. Leiden/Boston, Brill, 2005.
- “The margin to act: a framework of investigation for women’s (and men’s) medieval art-making”. *Journal of Medieval History*, special issue ‘*Me fecit.* Making Medieval Art (History)’, 42-1 (2016) 1-25.
- MCKIERNAN GONZÁLEZ, Eileen: “Reception, Gender, and Memory: Elisenda de Montcada and her Dual-Effigy Tomb at Santa Maria de Pedralbes”. Em MARTIN, Therese (ed.): *Reassessing the Roles of Women as ‘Makers’ of Medieval Art and Architecture*. Leiden/Boston, Brill, 2012, pp. 309-352.

- NOLAN, Kathleen: *Queens in Stone and Silver. The creation of a visual imagery of queenship in Capetian France*. New York, Palgrave MacMillan, 2009.
- PANOFSKY, Erwin: *Tomb Sculpture: four lectures on its changing aspects from Ancient Egypt to Bernini*. Ed. H. W. Janson. London, Thames and Hudson, 1964.
- PARSONS, Jonh Carmi: “‘Never was a body buried in England with such solemnity and honour’: The Burials and Posthumous Commemorations of English Queens to 1500”. Em DUGGAN, Anne J. (ed.): *Queens and Queenship in Medieval Europe*, Woodbridge, The Boydell Press, 1997, pp. 317-337.
- POMAR, Rosa: “Memória Tumular de Rainhas, Infantas e Fidalgas em Portugal (1250-1350)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, XV-2 (1998) 1509-1530.
- RAMÓIA MELO, Joana: *O Género Feminino em Discussão. Re-presentações da mulher na arte tumular medieval portuguesa: projectos, processos e materializações*. Tese de Doutoramento. Lisboa, FSCH-UNL, 2012.
- “Ser rainha e ser presente, ser mulher e ser potente: o suposto primeiro jacente régio português e as dúvidas geradas em torno da pertença a D. Urraca (1187-1220) ou D. Beatriz Afonso (1244-1300)”. Em GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel García-Fernández e MARTÍNEZ, Silvia Cernadas (ed.): *Reginae Iberiae. El poder regio femenino en los Reinos Medievales Peninsulares*. Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2015, pp. 61-88.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A.: “For the Honor of Her Lineage and Body: The Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal”. *e-JPH*, 5/1 (2007) 1-34.
- “Rainhas Medievais de Portugal: Funções, patrimónios, poderes”. *Clio Nova Série*, 16/17 (2007) 139-153.
- “Rainhas portuguesas: funções, património, poderes”. *Clio*, 16/17 (2008) 139-153.
- “The treasures and foundations of Isabel, Beatriz, Elisenda and Leonor: The art patronage of four Iberian queens in the fourteenth century”. Em MARTIN, Therese (ed.): *Reassessing the Roles of Women as ‘Makers’ of Medieval Art and Architecture*, Leiden/Boston, Brill, 2012, vol. 2, pp. 903-935.
- “Las regencias femeninas en los reinos ibéricos medievales: ¿Fue el caso portugués una singularidad?”. *Anuario de Estudios Medievales*, 46-1 (2016) 301-328.
- RODRIGUES, Jorge M. O.: *Galileia, Locus e Memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados em Portugal do início do séc. XII a meados do séc. XIV: da formação à vitória do Salado*. Tese de Doutoramento. Lisboa, FSCH-UNL, 2011.
- RODRÍGUEZ, Ana: *La estirpe de Leonor de Aquitania. Mujeres y poder em los siglos XII y XIII*. Barcelona, Crítica, 2014.
- ROSSI VAIRO, Giulia: “Le origini del processo di canonizzazione di Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, in un atto notariale del 27 luglio 1336”. *Collectanea Franciscana*, 74/1-2, 2 (2004) 147-193.
- “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis di Odivelas”. Em CARREIRAS, José Luís Albuquerque e GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel (coord.): *Actas. IV Congreso Internacional sobre el Cister en Portugal y Galicia*, Ourense, Ediciones Monte Casino, 2009, Tomo II, pp. 845-856.
- “Alle origini della memoria figurativa: Sant’Elisabetta d’Ungheria (1207-1231) e Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal (1272-1336), a confronto in uno studio iconografico comparativo”. *Revista de História da Arte*, 7 (2009) 221-235.
- “O mosteiro de S. Dinis, panteão régio (1318-1322)”. Em SANTOS, Carlota (coord.): *Encontro do CITCEM. Família, Espaço e Património*. Actas, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2012, pp. 1-14.
- *D. Dinis del Portogallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte*. Tese de Doutoramento. Lisboa, FSCH-UNL, 2014.

- “O túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal: propostas para uma cronologia antecipada”, em RAMÔA MELO, Joana e AFONSO, Luís Urbano (ed.): *O Fascínio do Gótico. Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*, Lisboa, Artis, 2016, pp. 17-32.
- SEEBERG, Stefanie: “Monument in Linen: A Thirteenth-Century Embroidered Catafalque Cover for the Members of the Beata Stirps of Saint Elizabeth of Hungary”. Em DIMITROVA, K. e GOEHRING, M.: *Dressing the Part: Textiles as Propaganda in the Middle Ages*. Turnhout, Brepols, 2014, pp. 81-94.
- SERRANO MARTÍN, Eliseo: “La canonización de Santa Isabel y el Reino de Aragón”. Em *Imagem de la Reina Santa: Santa Isabel, Infanta de Aragón y Reina de Portugal*. Zaragoza, Diputación Provincial, 1999, I, pp. 154-171.
- SHADIS, Miriam: “The Personal and the Political in the Testaments of the Portuguese Royal Family (Twelfth and Thirteenth Centuries)”. *Historical Reflections*, 43/1 (2017) 77-92.
- SILVA, José Custódio Vieira da: “Memória e Imagem, Reflexões sobre Escultura Tumular Portuguesa (séculos XIII e XIV)”. *Revista de História da Arte*, 1 (2005) 47-81.
- SILVA, José Custódio Vieira da, RAMÔA, Joana: “A escultura tumular do século XV em Portugal: novos retratos sociais para um novo tempo”. Em FLOR, Pedro e VALE, Teresa Leonor M.: *A Escultura em Portugal. Da Idade Média ao início da Idade Contemporânea: História e Património*. Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2011, pp. 55-79.
- SILVA, José Custódio Vieira da, REDOL, Pedro: *O Mosteiro da Batalha*. Lisboa/Londres, IPPAR/SCALA, 2007.
- SILVA, Manuela Santos: *Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.
- SOUSA, António Caetano de: *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, Atlântida Editora, 1947.
- TEIXEIRA, Francisco: *A arquitectura monástica e conventual feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*, Tese de Doutoramento. Faro, FCHS.UA, 2007.
- VARANDAS, José: “Mecia Lopes de Haro (1215?-1270/1271)”. Em MARQUES, Maria Alegria Fernandes; DIAS, Nuno Pizarro; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; VARANDAS, José; OLIVEIRA, António Resende de: *As primeiras rainhas. Mafalda de Mouriana. Dulce de Barcelona e Aragão. Urraca de Castela. Mecia Lopes de Haro. Beatriz Afonso*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 297-381.
- VASCONCELOS, António: *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão esposa do rei Lavrador Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893-94.
- WILLIAMSON, Beth: “Sensory Experience in Medieval Devotion: Sound and Vision, Invisibility and Sound”. *Speculum*, 88/1 (2013) 1-43.